

# China e Japão: Atores Rivais ou Parceiros?

*Sergio Barbosa Serra*



Texto disponível em [www.iea.usp.br/artigos](http://www.iea.usp.br/artigos)

As opiniões aqui expressas são de inteira responsabilidade do autor, não refletindo necessariamente as posições do IEA/USP.

# China e Japão: Atores Rivais ou Parceiros?\*

**Sergio Barbosa Serra**

Para se fazer uma projeção, para o Século XXI (mais propriamente para a sua primeira metade), da situação na Ásia-Pacífico, e como estarão então interagindo seus dois principais atores, é necessário, em primeiro lugar, recapitular os desdobramentos mais recentes que se vêm observando na região.

Pois bem, é fato conhecido que aquela área do mundo vem progressivamente evoluindo - com poucas exceções que confirmam a afirmativa - num ambiente de paz, estabilidade e crescimento econômico sem precedentes em sua história, recente ou remota. Steve Chan, em seu artigo "*National Security in the Asia-Pacific: Linkages among Growth, Democracy, and Peace*" (*Contemporary Southeast Asia*, Vol. 14, No. 1, Jun. 1992, p. 18), o constata:

As recentes experiências de muitos (não todos) países da área têm sido marcadas por acelerado crescimento econômico e transformações sociais, gradual liberalização política, e grandes progressos nas áreas da normalização diplomática, da reconciliação política e da distensão militar.

Outro dado recente da realidade asiática do Pacífico é o surgimento de um certo sentido de identidade regional, inexistente até pouco tempo atrás. No último capítulo ("*The New World Order Reconsidered*") de seu monumental trabalho *Diplomacy* (New York, Simon & Schuster, 1994), Henry Kissinger adverte (p. 826) que o termo "comunidade" se aplica muito limitadamente à Ásia, comparativamente a outras áreas do mundo, sobretudo a Europa. Ao contrário do que ocorre nesta, as nações asiáticas ver-se-iam como entidades distintas e competitivas entre si. Não se nega validade à afirmação, mas se pode constatar o início - ainda que tardio - de um "regionalismo" asiático. Sua manifestação original foi a ASEAN, que, embora date da segunda metade dos anos 60, só mais recentemente vem tendo maior protagonismo, quer nas áreas política e de segurança, com a ampliação do leque de seus "parceiros de diálogo" (Conferência Pós-Ministerial e

---

\* Texto preparado com a colaboração de Marcelo Dantas (embaixada do Brasil em Washington) para o evento realizado no Instituto de Estudos Avançados "China e Japão: Parceiros ou Rivais" em 1995.

*ASEAN Regional Forum*), quer na área da liberalização comercial intra-regional (AFTA). Nesse contexto também se insere a tentativa do Primeiro-Ministro malásio Mahathir Mohamed de contrapor, à APEC, um *East Asia Economic Caucus*, sem a presença de integrantes ocidentais, entendidos como tais também a Austrália e a Nova Zelândia. Talvez mais importante ainda seja o esboço de uma *identidade* baseada em certos valores compartilhados: a Conferência das Nações Unidas sobre Direitos Humanos (Viena, 1993) foi palco da formação de uma coalizão asiática em torno de uma conceituação própria dos direitos humanos.

Este processo, é de se prever, deverá se aprofundar nos anos a seguir. Não na direção de uma "comunidade" nos moldes europeus ocidentais ou da convergência de interesses estratégicos que caracteriza a Aliança Atlântica, fenômenos surgidos no pós-Guerra, ou mesmo do modelo mais recente de consultas e concertação política que reúne a América Latina no Grupo do Rio. Não há aí - na Ásia em geral e na do Pacífico em particular - uma identidade histórico-cultural que se assemelhe à da experiência ocidental. Contudo, fatores como a interdependência econômica, a importância da paz e da estabilidade para a afluência que vem caracterizando a região, e a "descoberta" de afinidades que a diferenciam do até agora "dominante" Ocidente certamente darão ímpeto ao aprofundamento da concertação asiática na entrada do Século XXI.

É claro que o cenário apresenta riscos de perturbação: as dificuldades com que ainda se depara a solução da chamada questão nuclear norte-coreana, as possibilidades de perturbações político-sociais no caso de eventual "descarrilamento" do processo de abertura na China, etc. Mas a consolidação de esquemas de diálogo e de concertação poderá ser decisiva para a contenção de tais crises.

A pergunta que se coloca nesta mesa-redonda é: como interagirão, nesse cenário, as duas principais potências regionais, China e Japão? Mesmo que se parta da premissa de que os Estados Unidos - pelas responsabilidades globais de superpotência que ainda deverão ser no futuro visível - mantenha papel de ator relevante na região, não se pode vislumbrar o futuro da Ásia-Pacífico sem projetar o papel que nele deverão exercer Pequim e Tóquio.

Os estudos sobre a matéria tendem a concentrar-se mais sobre a China. É explicável. A evolução da postura internacional do Japão do pós-Guerra é certamente mais "linear" que a da China, sem rupturas como o foram, no caso chinês, a vitória comunista de 1949, a Revolução Cultural, e o fim desta, com o início do processo de liberalização

econômica e abertura ao exterior em fins dos anos 70. É, assim, mais fácil de se prever como será o Japão do Século XXI.

É uma simplificação atribuir simplesmente ao momento histórico que vivemos, de fim da bipolaridade, o surgimento do Japão como ator de relevância no cenário político mundial. Na realidade, esse novo protagonismo teve longa gestação. Já nos anos 70, época em que o PIB do país superava o da antiga Alemanha Ocidental, a Chancelaria nipônica começava a emular, na área política, a atuação do poderoso Ministério do Comércio Internacional e Indústria (MITI), desenvolvendo intensa ação diplomática no continente asiático, sobretudo no seu Sudeste. Na área econômica, disputas comerciais já marcavam a agenda bilateral com os Estados Unidos. O fim da Guerra Fria e a diminuição da importância do "guarda-chuva" nuclear norte-americano para sua segurança foram, isto sim, elementos catalisadores para que o Japão completasse a formação do necessário consenso interno que autorizasse o país a assumir nova postura internacional, em que o *gigante econômico* não mais fosse um *anão político*. Consenso atingido, a Dieta japonesa deu nova interpretação à Constituição, permitindo o engajamento nipônico - tema antes tabu - em operações de paz promovidas pelas Nações Unidas. Ato contínuo, o Japão apresenta-se como candidato a assento permanente num Conselho de Segurança ampliado.

Ao apontar que a perspectiva do Japão com relação ao continente asiático difere da dos Estados Unidos em função de fatores como proximidade geográfica e experiência histórica, Henry Kissinger infere que os planejadores de políticas de longo prazo do Governo japonês não irão sempre considerar como premissa (*take for granted*) a convergência de interesses entre o Japão e os EUA (*Diplomacy*, p. 827). Isto explicaria, segundo Kissinger, o notável crescimento do orçamento militar japonês, hoje o terceiro maior do mundo e, dados os problemas internos vividos pela Rússia - continua -, provavelmente o segundo em eficiência (mesma página). Ao referir-se à resposta categórica dada em 1992 pelo então Primeiro-Ministro japonês à pergunta sobre se o Japão aceitaria uma eventual capacidade nuclear norte-coreana (a resposta foi um seco e sonoro "Não"...), Kissinger se pergunta se se poderia deduzir que o Japão iria desenvolver sua própria capacidade nuclear. O que mais importa para ele, contudo, é que o simples fato de tal pergunta ser feita sugere a possibilidade de um Japão independente, pelo menos até certo ponto, de suas amarras aos Estados Unidos, em matéria de segurança e de política externa (mesma página).

Que isto leve a uma postura agressiva, é outra história. A grande maioria dos observadores internacionais não o crê. François Heisbourg, por exemplo (artigo "*The New*

*Strategic Environment: Traditional Players and Emerging Regional Powers*", in *Contemporary Southeast Asia*, Vol. 14, No. 1, Jun. 1992), acredita que "um retorno (do Japão) ao militarismo constitui risco muito pequeno" (p.8). Ao contrário, afirma que as maiores chances são no sentido de que o Japão venha a se transformar num ator global com papel internacional construtivo.

Quanto à China, a incerteza é maior. Nos Estados Unidos, surge grande preocupação com o fato de o crescimento econômico chinês estar criando uma nova potência, com uma política externa agressiva, que poderá afetar o equilíbrio geopolítico asiático. Alguns estudiosos acreditam que o milagre econômico chinês teria, intrinsecamente, um elemento perturbador. Transcreve-se, a seguir, algumas declarações que exemplificam esse sentimento de inquietação:

Por volta do ano 2010 a China terá provavelmente evoluído da quarta economia mundial que era vinte anos antes para ser a primeira. Se há verdade na correlação entre um crescimento interno extraordinariamente acelerado e expansão externa, as implicações (da expansão chinesa) sobre a estabilidade asiática serão deveras inquietantes. (Aaron Friedberg, "*Ripe for Rivalry*", artigo na revista *International Security*)

O Estado com maiores probabilidades de perturbar o equilíbrio na região, e no mundo, é a China. (...) A China nos evoca a teoria estrutural do problema germânico; mesmo sem desígnios agressivos (o termo empregado é *evil* - "malévolos"...), sua procura de segurança entrará em conflito com a segurança dos países circundantes. (Richard Betts, "*Wealth, Power and Instability*", artigo na mesma *International Security*)

A China caminha para ser uma superpotência. A uma taxa de crescimento de 8%, que é menor do que a que manteve nos anos 80, o seu PNB se aproximará do dos Estados Unidos por volta do final da segunda década do Século XXI. Muito antes disto, a sombra política e militar da China cairá sobre a Ásia e afetará os

cálculos das demais potências, por mais contida que venha a ser a política externa chinesa. (Henry Kissinger, *Diplomacy*, p. 826)

No debate sobre as perspectivas de continuidade da expansão econômica chinesa ou do surgimento de crises após a morte de Deng Xiaoping, afloram várias hipóteses.

Existe uma primeira e básica clivagem entre os que acreditam na manutenção do ritmo de expansão da economia chinesa e na consolidação de sua estrutura de poder e aqueles que sustentam que a morte de Deng dará início a um processo de crise capaz de levar à desintegração do "Império do Centro". O último número (julho/agosto) da revista *Foreign Policy* é palco desse debate, com dois artigos que fazem análises radicalmente opostas da situação chinesa.

Em "*The Coming Chinese Collapse*", Jack Goldstone afirma que o milagre chinês está esgotado e que, nos próximos anos, o país será varrido por conflitos advindos da expansão populacional, dos crescentes desequilíbrios entre o litoral e o interior e da revolta das províncias contra o centralismo de Pequim. Fazendo uma analogia com os ciclos de expansão e crise que marcaram a história chinesa, Goldstone prevê o advento de um novo período de desintegração.

Segundo o autor, apesar da atual política de se permitir aos casais ter apenas um filho, nos próximos 20 anos a população chinesa crescerá, no mínimo, 25%, devido ao aumento da expectativa de vida e à chegada à maturidade da geração de *baby boomers* dos anos 60 e 70 (época em que Mao incentivou a expansão populacional). Ao mesmo tempo, Goldstone identifica uma exaustão nos ganhos de produtividade gerados pela revolução agrícola e adverte para o esgotamento da oferta de terra arável. Em razão disso, os 300 a 400 milhões de habitantes adicionais do país terão de ser absorvidos pelas cidades e pelos setores secundário e terciário da economia. Serão anos de grandes fluxos migratórios, gerando tensões entre as diferentes regiões do país. Ademais, aumentará significativamente a demanda por bens e serviços públicos, justamente no momento em que se evidencia um cenário de crise fiscal do Estado.

Em face de tal quadro, o Estado chinês será confrontado com inúmeros dilemas, prossegue Goldstone. Para responder à necessidade de importar alimentos e criar novos empregos, deverá ser dado amplo incentivo aos setores privados e às províncias litorâneas. O crescimento do número de empresários, profissionais e estudantes irá, contudo, aumentar as pressões por autonomia administrativa e liberdades civis. Ao mesmo tempo, por maior que seja a expansão econômica, dificilmente todo o excedente populacional poderá ser

absorvido, gerando-se desemprego crônico e marginalidade. O descontentamento popular poderá então juntar-se aos desejos de autonomia da elite, criando-se um clima de animosidade contra o poder central.

Na tentativa de preservar seu poder, a cúpula comunista, segundo Goldstone, se verá tentada a medidas que continuarão a acentuar a crise. Conter o êxodo rural poderá levar a revoltas camponesas; minorar as mazelas da explosão urbana irá requerer o aumento de impostos ou o descontrole monetário, medidas que encontrarão grande resistência das elites econômicas; evitar o desemprego crônico e a perda do controle sobre a economia, através da manutenção de um setor público artificialmente inflado, acabará sufocando o dinamismo da economia do país. Goldstone prevê, assim, o advento de anos de crescente tensão política, enfraquecimento do Estado e de anseio das áreas mais prósperas de se isolarem do caos reinante no resto do país. O resultado será a fragmentação, num novo surgimento do fenômeno dos "Senhores da Guerra".

O cenário sombrio de Goldstone é contestado por Yasheng Huang em seu artigo "*Why China Will Not Collapse*". Logo de saída, Huang sentencia que

em comparação com outros países em desenvolvimento, a China tem razoáveis perspectivas de completar a necessária transição – tanto econômica como política – para a modernidade em clima de paz e estabilidade.

Seu argumento se baseia em que os fatores de coesão na China são muito superiores ao que supõem os teóricos do "colapso".

Comparando a China com os países da antiga Cortina de Ferro, Huang afirma que a queda do comunismo europeu fortaleceu o PCC em lugar de enfraquecê-lo. Não apenas o "efeito-demonstração" gerou uma maior união entre as lideranças chinesas, como também as levou a progressivamente substituir a retórica marxista-leninista por uma pregação de cunho nacionalista. A coesão do país seria ainda facilitada pela sólida predominância da etnia Han (93% da população) e pela tradição de centralismo do Império chinês. Segundo Huang, se alguma tendência pode ser tida como predominante na história da China, essa seria a da unidade do território. Mesmo nos momentos de fragmentação, os diversos "Senhores da Guerra" têm como principal objetivo comandar a reunificação e não perseguir a via da completa autonomia. A esse respeito, vale referir que Michel Oksenberg, no ensaio "*China and the Japanese-American Alliance*" (*In The United States, Japan and*

Asia, Gerald L. Curtis, ed., New York, W.W. Norton, 1994), lembra que no fundo da mente da maioria dos líderes, conselheiros políticos e intelectuais chineses há plena consciência de que as épocas de grandeza da nação chinesa coincidem com períodos de unidade política (p. 107).

Mas, voltando ao artigo de Yasheng Huang, o autor assinala, ademais, que algumas reformas políticas ignoradas pelos observadores ocidentais estariam ajudando a eliminar a possibilidade de crises no sistema de governância do país. Nas áreas rurais, eleições competitivas teriam sido introduzidas para as administrações locais. No plano nacional, por sua vez, estaria sendo implementada uma estratégia de difusão do poder entre um maior número de instituições. Prova disso seria o fortalecimento da Assembléia Nacional Popular (ANP), órgão que anteriormente apenas sacramentava as decisões da cúpula do Partido. Ilustra a afirmação citando o fato de que, ao contrário do que costumava ocorrer, o atual Presidente da Assembléia, Qiao Shi, é um membro efetivo da elite do Poder: integrante do pequeno grupo que compõe o Comitê Permanente do *Bureau* Político do PCC, é uma das figuras mais poderosas do país.

Quanto ao poder das províncias, Huang sustenta que o controle de Pequim tem aumentado e não diminuído. Pequim estaria cooptando um maior número de políticos regionais, tendo aumentado a representação das províncias no *Politbureau*. Sobre o crescimento das tensões regionais, Huang contesta a visão comumente aceita de que o desenvolvimento capitalista no litoral estaria criando vários "países" desconectados entre si. O autor assinala que 1/3 da produção de Guangdong é exportada para o resto do país e assegura não haver evidência de grandes disparidades entre as taxas de crescimento das províncias do litoral e as do interior. A seu ver, o fenômeno da migração e a maior demanda por produtos agrícolas ajudariam a equalizar a renda nacional. (De fato, o argumento de Huang é confirmado por tabela apresentada por William H. Overholt em seu livro *The Rise of China: How Economic Reform is Creating a New Superpower* (New York, W.W. Norton, 1993). Com base em dados do Departamento de Comércio dos EUA, Overholt mostra que, entre 1985 e 1991, a província que mais cresceu foi a remota Xinjiang, na fronteira com as novas repúblicas centro-asiáticas; a província de Yunnan, na fronteira com Myanmar (Birmânia), estaria em terceiro lugar, entre as litorâneas Fujian e Guangdong; a última colocada na lista é, surpreendentemente, Xangai).

Sobre a situação do Estado e da economia, o sempre otimista Huang argumenta que a arrecadação, em torno de 20% do PIB, estaria longe de configurar uma crise fiscal e que a inflação do país seria relativamente baixa para uma economia em transição. O artigo

termina prevendo uma maior solidez institucional após a morte do patriarca Deng Xiaoping. O autor vê no desaparecimento do líder o fim do culto ao personalismo e a adoção de uma política econômica mais austera e consistente.

Nem tanto ao céu, nem tanto à terra, a sóbria revista *The Economist* lembra, a propósito, que "o que é evidente é que até que o futuro político da China fique mais claro, previsões 'extravagantes' sobre a economia do país não têm sentido".

A ponderação entre os artigos de Goldstone e de Huang leva a crer que um cenário viável seria o do prosseguimento da expansão chinesa, porém a um ritmo mais lento e com o aumento das tensões políticas internas. Nesse sentido, não seria surpreendente uma inquietação regional com o crescimento da China, acrescida de uma tendência das lideranças chinesas de utilizar a variável externa como válvula de escape dos conflitos latentes no país.

À parte as divergências sobre as perspectivas de que o "milagre" econômico chinês se sustente, existe uma segunda clivagem, de fundo ideológico, no debate, sobretudo nos EUA, sobre a futura evolução da China e de sua atuação internacional. Os artigos mencionados anteriormente de Aaron Friedberg e de Richard Betts referem-se a esta distinção de enfoque, entre os teóricos que definem como "realistas" ou como "liberais". Os *realistas* se mostram preocupados com as alterações na distribuição relativa de poder entre os atores estratégicos do cenário asiático; os *liberais*, por sua vez, se dividirão entre os que atentam para a evolução política do regime chinês e aqueles que vêm no aprofundamento da economia de mercado a variável decisiva para se determinar que rumo tomará a RPC.

Aplicada à situação asiática e chinesa, a teoria realista aponta necessariamente para uma época de perturbações da ordem internacional. O crescimento econômico da China e o decorrente fortalecimento de seu poderio militar alteram drasticamente as relações de poder em toda a região, dando início a uma nova disputa pela definição de qual será o centro hegemônico de poder. Os realistas vêem ainda que o reerguimento da China tem seu poder desestabilizador acentuado pelos seguintes fatores:

- a expansão do poderio chinês se dá quando as duas potências que comandaram a Guerra Fria (especialmente a Rússia) tendem a retrair-se e a diminuir sua influência sobre a região; no preenchimento do vácuo, contudo, a China confronta-se com o também avassalador poderio japonês;
- toda a região está marcada por uma tendência histórica à competição e dividida por distintas formas de governo e padrões sócio-culturais diversos; além disso, ao contrário

do continente europeu, a Ásia está apenas iniciando a criação de estruturas regionais de cooperação, como a APEC (em que coabitam com países não asiáticos) e a ASEAN; em termos de segurança, não haveria nada na região que pudesse ser comparado à OTAN;

- a China possui problemas de fronteira ou contenciosos territoriais com quase todos seus vizinhos; ademais, está envolvida intensamente nas questões mais instáveis de toda a área, a saber, Península coreana, Taiwan e Ilhas Spratly; qualquer acirramento dessas disputas pode dar origem a "ondas de choque" pela região, fazendo crescer tensões e estimulando corridas armamentistas;

- em um contexto de enfraquecimento da posição dos EUA, ao menos três países da região, Japão, Coreia do Sul e Taiwan são candidatos a se tornarem potências nucleares, de modo a contrastar o poderio de Pequim; cenários de bruscas alterações na distribuição de poder militar têm, por sua vez, a característica de convidar a guerras preventivas e de levar os governantes a avaliações estratégicas equivocadas;

- o possível surgimento de conflitos internos na China - em razão da sucessão de Deng Xiaoping, do aumento de tensões entre as diversas regiões do país ou do início de uma crise econômico-social - pode levar a tentativas de desvio da atenção do país para contenciosos externos, fazendo com que ameaças externas sejam artificialmente fabricadas.

Os realistas prevêm, portanto, o surgimento de problemas tanto num cenário de continuidade da expansão chinesa quanto num cenário de ruptura. Uma China forte haverá de querer impor seus interesses, pela força se necessário; uma China em crise estará com suscetibilidades à flor da pele e será tentada a minorar suas possíveis perdas através do uso da violência.

Os pressupostos teóricos liberais levam a uma análise distinta. Os liberais, explica Friedberg, sustentam que a distribuição de poder relativo num dado sistema internacional é menos relevante para definir seu futuro que outros fatores, como os regimes políticos de seus países e as interconexões institucionais e econômicas entre eles existentes.

No caso dos estudos que são produzidos sobre a China, é relevante fazer a distinção entre duas correntes em que se subdivide a análise teórica liberal. Existem, em primeiro lugar, aqueles que poderíamos definir como mais propriamente "idealistas", os quais colocam grande importância nos aspectos institucionais e ideológicos. Segundo esses teóricos, é necessário que haja democracia para que a vontade da sociedade possa ser escutada, levando assim o Estado a desenvolver uma atuação externa pacífica, que deriva não apenas de interesses políticos e econômicos comuns, mas também de valores éticos.

Existe outro grupo de teóricos liberais, contudo, que se pode chamar de "economicista", o qual acredita num certo determinismo dos fatores econômicos. Para eles, a liberalização da economia e o crescimento econômico que dela advém, é que conduzem à democracia e dão bases sólidas para sua instalação. O capitalismo liberal, ao propiciar a criação de uma forte classe empresarial e de uma classe média ativa, leva ao reordenamento das estruturas do Estado e à definição de uma política externa visando uma comunidade internacional aberta e integrada.

Há, portanto, dois tipos de preocupação dos analistas liberais com a evolução futura da China. O grupo *idealista* vê como uma ameaça a perpetuação do regime de Tiananmen, que persegue as vozes da razão e poderá querer legitimar-se através de um militarismo nacionalista. Segundo esses teóricos, o principal fator a ser analisado é se haverá ou não uma sensível mudança na política interna chinesa. A continuidade do autoritarismo, afirmam, poderá criar uma nova superpotência com desígnios hegemônicos.

Os liberais ditos *economicistas*, a seu turno, preocupam-se com qual será o destino da liberalização econômica chinesa. Medidas de terceiros países, que prejudiquem indiscriminadamente a *performance* da economia chinesa, são vistas como o principal perigo. Para o grupo, portanto, qualquer interferência na situação chinesa deve visar tão somente garantir que o país permaneça fiel às regras do mercado. Caso isso aconteça, pode-se confiar em que a China rumará ao desenvolvimento, à democratização e a uma atuação internacional construtiva e pacífica. Pressionar pela democracia, em detrimento do avanço econômico, é levar o país a uma situação caótica em que a própria democracia não terá como triunfar.

Tais diferenças teóricas nem sempre ficam evidentes no debate sobre a China, especialmente quando premissas distintas levam a conclusões momentaneamente semelhantes e a alianças efêmeras. Realistas e liberais "idealistas" irmanam-se na avaliação de que, na China, a eficiência do mercado pode vir a operar dentro de estruturas políticas autoritárias, criando um grande poder material despojado de disciplina ética. A diferença está em que um realista vê tal resultante como natural, e apenas procura sugerir uma política capaz de neutralizar seus efeitos nocivos. Já os idealistas consideram tal cenário uma aberração catastrófica, que deve ser combatida ativamente.

Pontos de contato também são visíveis entre realistas e liberais "economicistas", especialmente quando se trata de alegrar-se com as perspectivas que o mercado chinês traz para os exportadores e investidores estrangeiros. Os pontos de vista tornam, no entanto a se afastar quando os realistas lembram que é necessário evitar que a China fique demasiado

forte. Os liberais acreditam que a maximização dos ganhos econômicos absolutos de dois ou mais países seja suficiente para manter a paz entre eles. Os realistas, ao contrário, permanecem atentos aos ganhos relativos e às mudanças na distribuição de poder daí decorrentes. Para um realista, melhor estará uma China estagnada economicamente do que uma China que continue a crescer em ritmo avassalador e cujo poderio passe a ameaçar seus rivais (e muito especialmente os EUA...).

Todas essas análises e prognósticos, emanadas em sua maior parte de estudiosos norte-americanos, têm evidentemente como pano de fundo as preocupações de uma superpotência que, embora veja sua grande rival dos tempos de Guerra Fria virtualmente descartada do cenário, sabe que, por razões que não vale aqui retomar, não terá como sustentar, no futuro, presença dominante na cena asiática. A visão japonesa do gigante chinês é distinta e, se não descarta temas geradores de rivalidade, tem presentes as convergências que apontam para uma fértil parceria.

O indiano K. V. Kesavan, na conclusão de seu artigo "*Japan and the Tiananmen Square Incident: Aspects of the Bilateral Relationship*" (*Asian Survey*, Vol. XXX, No. 7, Jul. 1990), assinala que o Japão atribui grande importância ao papel da China, especialmente no contexto regional, e acredita que a RPC, se isolada diplomaticamente, poderia seguir um caminho perturbador da ordem (*disruptive*) e combativo (p.681).

Há, sem dúvida, um marcado interesse do Japão em evitar o isolamento diplomático da China. É sabido que o aumento do poderio bélico chinês é preocupante para Tóquio (e para a região asiática como um todo), especialmente quando se tem em mente que a China é parte litigante em mais de uma pendência territorial (ilhas Spratly, Paracell e Senkaku - estas últimas contra o próprio Japão). Nesse contexto, o Japão foi atuante em atrair Pequim para a mesa de diálogo do *ASEAN Regional Forum*, onde a questão das ilhas do Mar do Sul da China - sobretudo as Spratlys - foi posta em discussão (2a. reunião do *Forum*, Brunei, 01/08/95). Tradicionalmente avessa à multilateralização do tema, a China, não obstante, mostrou alguma flexibilidade no encontro, a ponto de ter acompanhado o consenso que levou à Declaração ali aprovada, que conclama à solução pacífica das controvérsias em torno das ilhas.

É verdade que a avaliação japonesa do comportamento chinês no *Regional Forum* guarda ainda reticências sobre as reais intenções de Pequim nessa matéria. *Paper* da Chancelaria nipônica sobre o encontro é explícito quanto a essas apreensões:

As diferenças de opinião entre a China e os demais países participantes no que concerne a temas ligados à segurança que envolvem diretamente a China, tais como as importantes questões das ilhas Spratly e dos testes nucleares, foram marcantes e podem vir a se constituir num problema (*issue*) daqui para a frente (Gaimushô, "*The Second ASEAN Regional Forum*", Aug. 4, 1995).

A par de suas legítimas preocupações de segurança - e mesmo por causa destas -, o Japão procura explorar convergências e identificar interesses comuns com seu vizinho, visando a construir uma parceria em bases sólidas.

Ao Japão interessa uma China estável econômica e socialmente, contribuindo para manter uma atmosfera de paz e prosperidade na região asiática. A questão da democratização não pesa na ordem dos interesses japoneses, como ocorre com seus parceiros norte-americanos. Vêm com naturalidade a China evoluindo, gradualmente, ao que Robert A. Scalapino ("*Northeast Asia - Prospects for Cooperation*", in *The Pacific Review*, Vol. 5, No. 2, Oxford University Press, 1992) denomina de "pluralismo autoritário" (aliás, o tipo de ordem política que vigora em boa parte dos Estados da Ásia-Pacífico).

É importante recordar, nesse contexto, o pragmatismo que levou o Japão a ser a primeira das democracias industrializadas a romper o bloqueio que fora imposto à China após os eventos de Tiananmen, em 1989. Entre os direitos humanos, de um lado, e seus interesses geoestratégicos, de outro, optaram os japoneses por estes.

É válido especular, nessa linha, que a recente - e crescente - assertividade da política externa japonesa poderá levar o Japão a se aproximar mais da China no âmbito de um Conselho de Segurança ampliado, na defesa de algumas posições mais consentâneas com a psiquê oriental. Penso justamente em decisões que sejam motivadas por considerações sobre direitos humanos: hoje o Japão acompanha, sem entusiasmo, ditames norte-americanos e europeus nesse campo; amanhã poderá ser mais compreensivo com os pontos de vista de seus parceiros numa ética que pretere o individual em favor do coletivo.

A longo prazo, creio, os dois países têm muito a ganhar com a prevalência da parceria sobre a rivalidade: um Japão, ainda que remilitarizado -- de um lado, no vácuo de um recuo maior da presença bélica dos Estados Unidos na Ásia, e, de outro, premido pela necessidade de equilibrar o poderio militar chinês e coreano -- e uma China modernizada

poderão, numa relação equilibrada, lograr uma interação mutuamente benéfica nessa vasta área que é a região da Ásia-Pacífico.